

A “TERCEIRA GERAÇÃO DOS ANNALES” E O EXORCISMO DO TEMPO

LEANDRO DUARTE RUST*

RESUMO

Este breve artigo tem por propósito propor uma problematização sobre o sucesso historiográfico alcançado pela chamada “Terceira Geração dos *Annales*”. Em termos específicos, almejamos apresentar a argumentação de que este sucesso não se deu somente por questões e motivações internas ao campo dos historiadores, mas por oferecer aos homens contemporâneos um meio de evasão diante de uma das principais transformações do século XX: a alteração da experiência humana acerca do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola dos *Annales*, tempo, historiografia.

*So future historians may be able to read
the secrets of our own perceptions and
outlook in our interpretations of the past.*

Aron Gurevitch, 1988.

Poucas gerações de historiadores podem se vangloriar por terem sido tão influentes como aquela que sucedeu Fernand Braudel, em 1968, no comando do periódico *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, a denominada “Terceira Geração dos *Annales*”. Contando com um respeitável suporte institucional edificado desde os tempos dos “combates” de Marc Bloch e Lucien Febvre e produzindo obras cujas tiragens alcançavam cifras de centenas de milhares de exemplares, nomes como Jacques Le Goff, Jean Delumeau e François Furet passaram a ser citados em trabalhos historiográficos em todo o globo, do Japão aos Estados Unidos, do Brasil à Polônia.

Autoproclamados uma vanguarda de renovação da escrita da história, esses autores elegantes e articulados penetraram nos *mass media* solicitando a seus correligionários de ofício a assimilação, como

* Doutorando em História (UFF); pesquisador colaborador do Programa de Estudos Medievais (UFRJ). Endereço: Rua Dezesseis de Março, 365, ap. 103 – Petrópolis, RJ – CEP: 25620-040. Tel.: (24) 2237-7256.

parte rotineira de suas dedicações, de investigações sobre uma série de temas então considerados inovadores e pioneiros: as gestões, o casamento, a família, a sexualidade, a mulher, a infância, a morte, a doença, a cultura popular, os imaginários, etc.¹

Todavia, dentre todos esses temas, um parece ter constantemente ocupado posição de destaque junto a essas produções historiográficas: o tempo. Uma nova forma de encarar a temporalidade tornou-se mesmo uma marca distintiva dessa geração: e isso, quer tomemos “temporalidade” em um sentido teórico-epistemológico, isto é, a conceituação, sistematizada por Braudel, que concebe o tempo histórico como uma grandeza plural em ritmos de mudança histórica², ou em um sentido temático, ou seja, o nome dado às representações pelas quais as variadas sociedades e contextos produziram e expressaram diferentes experiências de tempo³.

Contudo, mais do que examinar como a geração de André Burguière e Pierre Nora levaram adiante uma nova roupagem do tempo histórico ou aprofundaram a consciência dos historiadores para a historicidade da vivência humana do tempo, o propósito que move este artigo é discutir como essa renovação historiográfica parece ter sido profundamente marcada por uma experiência dramática acerca do tempo. Em termos mais precisos, gostaríamos de apresentar ao leitor a assertiva de que a *nouvelle histoire* se constituiu, em larga medida, como uma reação desses historiadores à forma com que a modernidade conduziu a vivência ocidental do tempo ao longo do século XX⁴. Vejamos.

Após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades capitalistas desenvolvidas pareciam impulsionar a história a um grande e

¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997; CARRARD, Philippe. *Poetics of the New History: French historical discourse from Braudel to Chartier*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.

² BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1976; _____. *O Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1983-84, 2. v. Ver ainda: HARTOG, François. *Temps et Histoire*. *Annales HSS*, Paris, n. 6, p. 1219-1236, 1995; LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Ver ainda a conhecida coleção: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

³ DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000*. São Paulo: EdUNESP, 1999; GUREVITCH, Aron. *O tempo como problema de história cultural*. In: RICOEUR, P. et. al. *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975; LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1995; MARTIN, Hervé. *Mentalités médiévales*. Paris: PUF, 1996; POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984; SCHMITT, Jean-Claude. *Le corps, les rites, les rêves, le temps*. Paris: Gallimard, 2001.

⁴ Sobre esta argumentação, ver ainda: REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

inimaginável salto adiante:

A economia mundial crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970 e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (...) Um terremoto tecnológico (...) transformou absolutamente a vida cotidiana (...).⁵

Esse gigantesco fôlego material e tecnológico imprimiu enérgica velocidade à vida contemporânea. Dotou-a de um ritmo crescentemente levado a toque de caixa e que era inscrito em todo o globo por um apressado cortejo de transformações: subúrbios e favelas inchavam em rapidez descontrolada, alimentados pelo crescente êxodo rural; os meios de transporte em pouco tempo reduziam distâncias continentais a frações de dia; em poucas décadas, antigos impérios coloniais ruíram por toda a África e Ásia; o veloz aumento no uso de combustíveis fósseis agravou a poluição e a deterioração ecológica; os Estados expandiam drasticamente seu arsenal burocrático e governamental; da Grécia à Coréia, da Argélia ao Vietnã, uma avalanche de guerras civis varria o globo; uma frenética corrida armamentista gerava poder de destruição de cifras apocalípticas...

Não que a aceleração histórica seja um traço característico apenas do século XX. A constituição da assim chamada “modernidade” se confunde com a abertura da caixa de pandora do tempo⁶.

Hannah Arendt já destacou como o século XVIII – e especialmente a Revolução Francesa – fez brotar do chão como cogumelos diversos testemunhos de que a vida coletiva do Ocidente adquiria um ritmo cada vez mais ágil e incontrolável, por vezes errático, despertando na mente dos homens de então a imagem de um presente cada vez mais fugaz e efêmero e de um futuro inquietantemente incerto e aberto⁷. Contudo, essa aceleração era avaliada de forma ambivalente, contraditória: se por um lado ela alimentava uma forte sensação de passividade, oriunda da estimativa de que o homem, devorado pela passagem do tempo, deveria resignar-se com a impotência e a precariedade de suas ações, por outro lado ela instigava a certeza de ativismo e engajamento coletivos, pois precipitar o devir era tido por muitos como a principal maneira de apressar a libertação e o progresso para toda a humanidade. Portanto, de um lado tivemos sujeitos históricos que se sentiam consumidos pela passagem

⁵ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 257-260.

⁶ TOULMIN, Sphen. *Cosmopolis: the hidden agenda of modernity*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

⁷ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

do tempo, mas de outro lado, tantos outros que enxergavam nessa mesma vazão temporal a garantia da inevitável saída da humanidade de sua minoridade. De qualquer forma, em ambos os casos o tempo era vislumbrado como algo único, extraordinário, magnético, estarrecedor. Era tido como senhor de uma energia arrebatadora, envolvente e subversiva, quer seus efeitos fossem os de um ingrediente corrosivo, ou de uma força criadora.

O que confere singularidade à modalidade de temporalização do agir humano no século XX é que o novo fôlego de aceleração que aí teve seu palco produziu uma brusca exteriorização do tempo. Dotou-o de uma razão sistêmica, de um automatismo instrumental e impessoal que diluía drasticamente a ambivalência até então existente. Em suma, os anos novecentistas foram o cenário de uma singular desumanização do trato com o tempo.

E são protagonistas da própria década de 1960 – do momento em que ascendia a “terceira geração dos *Annales*” – que sugerem essa transformação. Em conhecidas obras que perpassam a “teoria crítica” da Escola de Frankfurt, Jürgen Habermas⁸ e Hebert Marcuse⁹ alertavam para os efeitos provenientes do avanço e da imposição da “razão instrumental”. Por esta expressão esses autores referiam-se à racionalidade constituída essencialmente por relações de tipo sujeito-objeto, posturas cognitivas que visam a operacionalizar formas de conduta ajustadas pela e para a consecução de meios e fins. A razão instrumental é aquela que se define por operações como observação, descrição, classificação, dissecação, medida, registro, cálculo, manipulação, reprodução... Seu propósito é conferir controle sobre determinado objeto e garantir a eficácia das ações lançadas sobre ele. Uma das melhores formas de expressão dessa racionalidade é a aliança plena entre a ciência e a técnica.

Mas há mais. A expansão da racionalidade instrumental é vista como conspirando contra uma outra forma de racionalidade, a “comunicativa”, que, baseada em relações do tipo sujeito-sujeito, prima por um caráter interacionista, reflexivo, crítico e emancipatório. A aliança entre o saber científico, a cultura de massas e a indústria de consumo é vista como o catalisador das formas de dominação que envolvem o homem moderno em um sufocante comportamento objetivista e mecanicista, tornando-o dócil a um poder opressor travestido do voluntarismo hedonista que seduz pela promessa de um mundo farto em mercadorias e bens materiais. E no interior desse vasto processo,

⁸ HABERMAS, Jürgen. *Teoria e práxis*. Buenos Aires: Sur, 1966.

⁹ MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

nem mesmo as relações do homem com o tempo escaparam: a imposição dessa racionalidade instrumental teria levado o homem a cada vez mais se demitir da tarefa de uma interação criativa com o tempo. Ela os absorveu em uma lógica de objetivação do mundo que nos fez coisificar o decurso temporal em uma sintomática “crono-logia” e nos convertermos de sujeitos a reprodutores de um devir tido como autocrático.

Em linguagem benjaminiana, poderíamos dizer que o tempo categoricamente perdia sua “aura”: transformado no decurso padronizado e quantificado que se infiltra onipresente na vida cotidiana, pouco ou mesmo nada restava da unicidade misteriosa que tanto inquietava e fascinava os homens de séculos anteriores. O tempo decrescia em suas qualidades metafísicas e morais para ser disposto como referência de reproduzibilidade e utilidade. O valor de culto que iluministas setecentistas e revolucionários oitocentistas tanto atribuíram ao tempo ao reverenciá-lo como vetor de liberdade e de progresso era sobrepujado pelo valor de uso que lhe era conferido como índice de otimização das relações de trabalho e de consumo¹⁰.

Immanuel Wallerstein nos oferece uma visão semelhante: os anos 60 do século XX não coroaram o fim *da* modernidade, mas de *uma* modernidade. Esse risco de artificialização da vida humana que temos debatido deve, de acordo com o autor, ser visto como o sintoma de que a modernidade da Ilustração – que se apresentava como veículo da autoformação e da emancipação humana pela revolução e pela razão – não era mais compatível, ou mesmo tornou-se vítima, da modernidade da Tecnologia, que finalmente impôs sua razão fundadora, isto é, a realização do progresso material e científico que embrulha a vida humana em mecanizações e automatismos:

Há, finalmente, uma clara e aberta tensão entre a modernidade da tecnologia e a modernidade da liberação. Entre 1500 e 1800, as duas modernidades pareceram estar enfileiradas. Entre 1789 e 1968, seu conflito latente foi mantido em “check” pela bem-sucedida tentativa da ideologia liberal em fingir que as duas modernidades eram idênticas. Mas desde de 1968, a máscara caiu. Elas estão em aberto conflito uma com a outra.¹¹

Constatação similar se faz notar, ainda que de maneira mais

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 165-196.

¹¹ WALLERSTEIN, Immanuel. The end of what modernity? *Theory and Society*, Netherlands, v. 24, n. 4, p. 471-488, 1995.

genérica, por John Lucaks, que retoma nos seguintes termos as convicções publicadas pela primeira vez em 1970, em uma obra intitulada *A passagem da Era Moderna*: “Há muito convenci-me de que nós, do Ocidente, estamos vivendo perto do fim de toda uma era, a era que teve início há cerca de quinhentos anos”¹².

Logo, pelo que podemos ver se enunciar nesse quadro, devemos estar atentos para a consolidação de importantes mudanças psíquicas e culturais em meados do século XX. Quem assim o atesta é Fredric Jameson:

Culturalmente (...) as precondições se encontraram nas grandes transformações sociais e psicológicas dos anos 60 que varreram do mapa tantas tradições no nível das *mentalités*. Desse modo, a preparação econômica (...) começou nos anos 50, depois que a falta de bens de consumo e de peças de reposição da época da guerra tinha sido solucionada e novos produtos e novas tecnologias puderam ser introduzidas. Por outro lado, o *habitus* psíquico de uma nova era exige uma quebra radical, fortalecida por uma ruptura de gerações, que se dá mais propriamente nos anos 60.¹³

Não seria tarefa das mais difíceis estender a lista de autores que insistem que na década de 1960 diversos deslocamentos se agravavam nas redes de relações sociais ao longo das regiões de todo o globo influenciadas pelo Ocidente. Em meio aos espetaculares triunfos materiais e tecnológicos, o mundo contemporâneo submetia seus públicos a linguagens e formas de interação sociais cada vez mais fragmentadas e contraditórias, que pareciam perder progressivamente a capacidade de dar sentido à vida das pessoas. Da família à organização partidária, populações inteiras sofreram severos desgastes e esvaziamentos em suas instâncias de constituição e mobilização coletiva.

Relações tão básicas e imediatas como as que tecemos entre o “local” e o “global” ou entre a “reflexividade” e o “pertencimento coletivo” sofreram profundos desencaixes e relocalações, na esteira de diversas revoluções que se operavam nas comunicações, nos transportes, nas relações de produção, na participação política, nas formas educacionais, etc.¹⁴

Seria difícil supor que em um mundo tão drasticamente reconfigurado por todos esses processos, as relações do homem com o tempo se manteriam intactas. Pelo contrário, também elas foram

¹² LUKACS, John. *O fim de uma era*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 11.

¹³ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 2004. p. 23.

¹⁴ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

submetidas a uma profunda mudança plena em paradoxos:

A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. No universo de *software* e da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em “tempo nenhum”; cancela-se a diferença entre “longe” e “aqui”. (...) A distância em tempo que separa o começo do fim está diminuindo ou mesmo desaparecendo; as duas noções que outrora eram usadas para marcar a passagem do tempo, e portanto, para calcular seu “valor perdido”, perderam muito de seu significado (...). Teria o tempo, depois de matar o espaço enquanto valor, cometido suicídio?¹⁵

As gerações que se sucederam às Guerras Mundiais sofreram com a rotinização do estilhaçamento do tempo presente, cada vez mais transformado na diária e impaciente sucessão de momentos minúsculos, de intangíveis instantes-partículas. Por conseguinte, esses homens e mulheres viram cada vez mais escorrer-lhes por entre os dedos a habilidade de valer-se do devir como referencial estável e promissor de planejamento para a ação coletiva. O tempo perdia a qualidade de ser uma modalidade de implementação do agir suscetível à intervenção e alteração humana, para adquirir um funcionamento próprio e se converter em uma forma externa de monitoramento da vida em sociedade. O homem era despojado da habilidade de cultivar o devir, de trabalhá-lo por dentro, isto é, de valer-se dele para assegurar o poder transformador de suas ações e a viabilidade de seus anseios e expectativas.

Dito de outra forma:

A instantaneidade, no nosso mundo da modernidade, tornou-se um verdadeiro imperativo moral. A urgência transforma-se em ideologia. A rapidez, ou seja, o tempo que ultrapassa a si mesmo e confirma seu domínio sobre o espaço, é o critério superior para os utensílios e para as pessoas (...). O homem instala-se, assim, numa névoa espaço-temporal que degrada e decompõe a relação fecunda entre o aqui e o ali, o próximo e o distante, o dentro e o fora, o central e o periférico, o antes, o agora e o depois.¹⁶

Portanto, os anos 60 do século XX situam-se, de maneira privilegiada, no interior de um contexto em que significativas alterações e rupturas se fortaleceram em um importante domínio da vida humana: as atitudes perante o tempo. Foi então que, ao aprofundar uma nova fase na história da modernidade, as sociedades capitalistas – avançando em

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 136-138.

¹⁶ CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 24-30.

um percurso já plurissecular – decididamente se empenhavam por se desfazer de seus tradicionais referenciais de tempo. Como pode ser evidenciado com este emblemático exemplo: “em 1967 a taxa do pulso do cézio (...), calibrada em 9.192.631.770 oscilações por segundo (...), é agora a medida oficial do tempo do mundo, substituindo o velho [sic] padrão baseado na rotação e órbita da Terra”¹⁷.

Assim, tomando de empréstimo algumas palavras de Joan DeJean¹⁸, poderíamos dizer que, no mesmo contexto em que surgia com todo o seu magnetismo a proposta de renovação historiográfica advogada pela “Terceira Geração dos *Annales*”, a modernidade se encarregava de agravar a percepção de que a música do tempo a qual os ocidentais dançavam, de repente, recebia nova orquestração.

Nada nos encoraja a supor que os historiadores passaram incólumes a essa profunda mudança. Pelo contrário, a idéia-força a que dedicamos este artigo é de que essa experiência trágica acerca do tempo, essa espécie de “terror temporal” incidiu poderosamente sobre suas produções intelectuais. Pois, como sugeriu Edward Said, as transformações que – assim como essa – se operavam no âmago do mundo contemporâneo levaram os intelectuais ocidentais do pós-guerra a se confrontar com a necessidade de revisitar sua identidade coletiva em seus aspectos cruciais, definidores. E isso exigiu-lhes a reafirmação de seu poder sobre o passado, para alcançar uma história e uma legitimidade que só podiam advir da tradição e da longevidade¹⁹. E não temos qualquer dúvida de que devemos situar como parte desse vasto reexame “da identidade coletiva ocidental” por parte de seus intelectuais os esforços de desbravamento e inovação historiográficos levados a cabo pela *Nouvelle Histoire*.

Sob nosso ponto de vista, a brusca aceleração da mudança, que tão profundamente marcou a vivência temporal contemporânea durante o contexto nucleado pela década de 1960, conferiu ainda mais importância aos temas a que a nova geração *annaliste* de então tanto dedicava esforços. O constante deslocamento de fronteiras que esse círculo de historiadores tanto reclamava pode legitimamente ser encarado como uma forma de esses autores reporem aquilo que a temporalidade da modernidade tanto lhes negava como agentes sociais: a humanização do agir coletivo.

Visto através deste prisma, os constantes empréstimos tomados junto à Antropologia e à Psicologia e com os quais esses historiadores

¹⁷ DUNCAN, David Ewing. *Calendário*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 386.

¹⁸ DEJEAN, Joan. *Antigos contra modernos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 27.

¹⁹ SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 51-54.

sustentaram uma operação historiográfica que deveria, sob seu ponto de vista, corrigir uma historiografia sociológica e econômica que fazia pesar sobre o homem a condição de “abstrações coletivas”²⁰ em prol de um olhar voltado para temáticas tidas como mais humanas tais como as superstições²¹, medo²², o riso e o escárnio²³, ou a morte²⁴, não devem ser encarados como oriundos somente de escolhas e posicionamentos assumidos no interior do campo dos historiadores, mas também daqueles adotados de forma mais geral diante dos rumos tomados pela própria modernidade. Por certo, trata-se de assumir uma posição intelectual, mas também de tomar uma posição sócio-histórica. Dito de outra forma, esta radical humanização do labor historiográfico que tanto destacou o discurso *annaliste* pós-1960 deve ser encarada também como uma forma de reação contra a temporalidade imposta pela modernidade: ele cumpria a função de permitir aos historiadores e seus leitores evadir-se do famigerado e liquefeito tempo do mundo contemporâneo que com o pós-guerra parecia ingressar numa irreversível via expressa.

Que o leitor não nos compreenda mal. Não temos aqui a ingênuas pretensão de reduzir a conduta historiográfica assumida pela “Terceira Geração dos *Annales*” à condição de um mero reflexo do macrocosmo histórico que a envolvia. Não podemos negligenciar as motivações e os desafios irredutíveis que então marcavam a atuação desses historiadores que em grande medida levavam adiante os princípios de interdisciplinaridade e de “história-problema” que tanto defenderam Marc Bloch e Lucien Febvre²⁵. Mas assinalar a legitimidade da pragmática do labor historiográfico não pode justificar dar as costas ao fato de que todo intelectual é um sujeito social e que, tal como ele mesmo, o saber do

²⁰ GUREVITCH, Aron. *Historical Anthropology of the Middle Ages*. Chicago: Chicago University Press, 1992. p. 14-19.

²¹ SCHMITT, Jean-Claude. *História das superstições*. Lisboa: Europa-América, 1997.

²² DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; _____. *O pecado e o medo*. São Paulo: EDUSC, 2003, 2. v.; DUBY, Georges. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 2002.

²³ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Unesp, 2003.

²⁴ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; _____. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, 2. v.; BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Ed.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996; SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1982.

²⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; FEBVRE, Lucien. *La psychologie et l'histoire. Encyclopédie Française*. Paris, 1938, tome 8; _____. *Combates por la historia*. Barcelona: Ariel, 1970.

qual é autor está sujeito a pressões e condicionamentos históricos²⁶. O que, neste caso, significa que as obras produzidas por esses historiadores foram marcadas por uma postura de escapismo da brutal aceleração da vida na modernidade.

Isso fica ainda mais nítido quando nos voltamos para a visão de Idade Média que tanto projetou nomes como Jacques Le Goff ou Georges Duby. Referimo-nos aqui a essa Civilização Medieval rica em significado etnológico, saturada desse olhar historiográfico que busca “revalorizar na história os elementos mágicos, os carismas”²⁷, período privilegiado de “uma história plena de antropologia, (...) que ‘se arrisca do outro lado do espelho’: Jacques Le Goff formulará seu programa e, com outros, a ilustrará”²⁸. Somemos a esse olhar impressionista as freqüentes alegações *annalistes* de que “os homens e mulheres que viviam há mil anos são nossos ancestrais. Eles falavam mais ou menos a mesma linguagem que nós e suas concepções de mundo não estavam tão distantes das nossas”²⁹; ou ainda, “se olharmos para o esqueleto e não apenas para a nova face e as novas roupas do Ocidente no século XX, outra vez encontraremos muito da Idade Média”³⁰.

Então veremos delinear-se uma conclusão inevitável: no mesmo contexto em que o Ocidente naufragava no interior de um tempo descarnado e mecânico, nos descobrimos como os descendentes que ainda compartilham junto a antepassados não muito longínquos uma capacidade de atrelar integralmente a vida coletiva a um devir contemplado como a ante-sala de um mundo sublime, espiritual, etéreo. Na mesma época em que avançava como nunca nos últimos quinhentos anos a mundialização da vivência de um tempo padronizado e tecnológico, algoz de um fluir inapelavelmente veloz e contábil, a “Terceira Geração dos *Annales*” alçou os ocidentais à categoria de repositários de um passado em que os homens nada mais necessitavam do decurso temporal do que exibi-lo como um *signum* constante da eternidade e do celestial.

Em suma, nos dizeres de um renomado medievalista brasileiro de manifesto engajamento *annaliste*: “olhando para eles [para os homens

²⁶ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

²⁷ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano do Ocidente medieval*. Lisboa: Ed. 70, 1990. p. 186.

²⁸ HARTOG, op. cit., p. 1225.

²⁹ DUBY, Georges. *Ano Mil... op. cit.*, p. 13.

³⁰ FRANCO, JR., Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 157.

do ano 1000], podemos talvez reconhecer em nós mesmos certos comportamentos e sentimentos que nos escapam devido à velocidade vertiginosa do nosso presente”³¹. Palavras que poderiam ser reforçadas com a afirmação um tanto reacionária de Philippe Ariès de que o saber histórico se encarregava no século XX de “uma espécie de reabilitação das culturas face à modernidade”³².

A geração *annaliste* do pós-1960 projetou no estudo da história uma expectativa que era compartilhada por grande parte daqueles que desde então têm vivenciado um intenso vórtice na história da modernidade: trata-se do forte desejo dos homens triturados pelos ritmos infernais da vida moderna de restaurar a unidade entre passado, presente e futuro, de obter junto à memória coletiva uma fonte de conforto e de repouso em si mesmos, de reencontrar no ontem um legado possível de reativação para um hoje-amanhã em que a saturação tecnológica de seu modo de vida não os submeta ao risco entrópico de desvalorizar ao extremo a tangibilidade da duração³³. Em suma, trata-se de alcançar a garantia, obtida sob a autoridade e maestria de historiadores, de que o futuro não testemunhará contra o passado.

E assim, buscando o contraponto a uma modernidade que engolfa a vida humana em objetivações e autocratismos extremos, esses historiadores se empenharam por fazer com que “a obra de História torna-se, então, ao mesmo tempo, um divertimento, um meio de evasão e um meio de formação do cidadão e do homem de sociedade”³⁴. Surge então um conhecimento histórico com forte apelo ao imaginativo, simbólico, ao lúdico, ao metafísico. Será por isso que Emmanuell Le Roy Ladurie foi capaz de converter um processo inquisitorial em uma fonte para recomposição da “cultura material” camponesa do século XIV?³⁵ Não teria sido o mesmo princípio que permitiu a François Furet se distanciar do seminal materialismo histórico de Georges Lefebvre e repensar a Revolução Francesa como uma grande celebração popular?³⁶ Não teria Jacques Le Goff trilhado caminho semelhante ao dedicar uma célebre obra ao estudo do surgimento de uma terceira

³¹ FRANCO, JR., Hilário. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.13.

³² LE GOFF, Jacques et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 24.

³³ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

³⁴ LE GOFF et al., 1991, p. 43.

³⁵ LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou*. Lisboa: Edições 70, 1988.

³⁶ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Ver ainda: LEFEBVRE, Georges. *1789*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

dimensão nas concepções cristãs do Além?³⁷

Dessa forma, não acreditamos que seja mera coincidência que a *tournante* historiográfica da “Terceira Geração” e seu apego entusiasta a essa história lenta, estacionada no limite do movediço, e que se mostra tão talentosa em transmitir quase simultaneamente uma grande variedade de impressões etnográficas sobre um mesmo tema, pareça repor a seus leitores justamente aquilo que eles têm perdido ao se guiarem pelos ritmos existenciais de seres-para-o-desenvolvimento: permanência, estabilidade, reversibilidade, densidade moral, carga simbólica...

A geração de historiadores *annalistes* do pós-1960 nos possibilita, a cada obra, uma vitória provisória sobre o terror e a volatilidade temporal instaurados pela modernidade.

Portanto, talvez devêssemos debater com cautela a idéia de que grande medida do sucesso alcançado pela “Terceira Geração dos *Annales*” não repouse apenas no maior valor heurístico que é comumente atribuído às suas abordagens ou na premissa de que estas trouxeram consigo novas oportunidades de aperfeiçoamento do ofício do historiador, mas sim em sua habilidade de fornecer aos homens hodiernos a crença de preservar uma identidade cada vez mais ameaçada pela modernidade, de esquivar-se do reconhecimento de seu ingresso na condição de um ser-no-tempo cada vez mais mecanizado e controlado.

Enfim, talvez grande parte do sucesso alcançado por esses historiadores se deva a seu talento em proporcionar aos seus leitores uma forma de exorcizar o avassalador e tirânico *tempus ex machina* da modernidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, 1990.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- _____. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 v.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (Ed.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1976.

³⁷ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

- _____. *O Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1983-84. 2. v.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARRARD, Philippe. *Poetics of the New History: french historical discourse from Braudel to Chartier*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DEJEAN, Joan. *Antigos contra modernos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O pecado e o medo*. São Paulo: EDUSC, 2003. 2 v.
- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000*. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- _____. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- DUNCAN, David Ewing. *Calendário*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FEBVRE, Lucien. La psychologie et l'histoire. *Encyclopédie Française*. Paris, 1938. t. 8.
- _____. *Combates por la historia*. Barcelona: Ariel, 1970.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GUREVITCH, Aron. O tempo como problema de história cultural. In: RICOEUR, P. et al. *As culturas e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *Historical anthropology of the Middle Ages*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria e práxis*. Buenos Aires: Sur, 1966.
- HARTOG, François. Temps et histoire. *Annales HSS*, Paris, n. 6, p. 1219-1236, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 2004.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montailou*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *O maravilhoso e o cotidiano do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.
- LE GOFF, Jacques et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LUKACS, John. *O fim de uma era*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- MARTIN, Hervé. *Mentalités médiévales*. Paris: PUF, 1996.
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Unesp, 2003.

- POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.
- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHMITT, Jena-Claude. *Le corps, les rites, les rêves, le temps*. Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *História das superstições*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- _____. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TOULMIN, Sphen. *Cosmopolis: the hidden agenda of modernity*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1300 à nous jours*. Paris: Gallimard, 1982.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The end of what modernity? *Theory and Society*, Netherlands, v. 24, n. 4, p. 471-488, 1995.